

Português

Orçamento timorense de 2017 será de 1,39 MMD, o mais baixo em sete anos

14 de Outubro de 2016, 12:51

Díli, 14 out (Lusa) - A proposta de Orçamento de Estado de Timor-Leste para 2017 prevê gastos de 1,39 mil milhões de dólares, os mais baixos desde 2010, e receitas de 1,41 mil milhões, disse à Lusa o vice-ministro das Finanças.

O valor total de gastos inclui, segundo explicou à Lusa Hélder Lopes, 101,8 milhões de dólares correspondentes à aplicação de empréstimos já contraídos no passado pelo Governo timorense e que serão aplicados em 2017 para "financiar projetos em curso".

Este valor, de 101,8 milhões, faz parte de um pacote de empréstimos de aplicação multianual que o executivo assinou no passado, no valor de cerca de 320 milhões de dólares.

Em concreto, o texto orçamental prevê gastos totais de 1.386.826.000 dólares - uma redução de mais de 566 milhões ou quase 29% face ao orçamentado para 2016 e o valor mais baixo desde 2010 quando o Governo orçamentou quase 838 milhões de dólares.

"É uma queda significativa face ao valor do orçamento para 2016 devido a várias considerações, nomeadamente o facto de ser um ano de eleições. Com as experiências de 2007 e 2012, anos de eleições, sabemos que a execução é sempre menor", explicou à Lusa o vice-ministro das Finanças.

Hélder Lopes explicou que sustentabilidade financeira, capacidade de execução, as prioridades definidas pelo executivo e a vontade de "não sobreaquecer a economia" foram outros dos fatores que dominaram a política do desenho das contas públicas para o próximo ano.

O texto com a proposta orçamental para o próximo ano foi apresentado pelo Governo no Parlamento Nacional na quinta-feira à tarde, devendo ser formalmente admitido no plenário na próxima semana, porque ainda faltam alguns documentos de apoio.

Em termos das despesas o orçamento prevê gastos em salários de 208,85 milhões, em bens e serviços de 395,8 milhões, gastos de 11,87 milhões em capital menor e de 349 milhões em capital de desenvolvimento (dos quais 101,8 milhões dos empréstimos).

O volume de transferências públicas será de 421,27 milhões (foi de 476 milhões em 2016), com a redução a dever-se em grande parte ao corte nas transferências para a Zona Especial de Economia Social de Mercado (ZEESM) de Oecusse e Ataúro, que descem de 218 milhões em 2016 para 172,1 milhões no próximo.

Entre as grandes transferências públicas em 2017 contam-se ainda 153,3 milhões para o Ministério da Solidariedade Social, destinados especialmente a pagamento de pensões a veteranos e outros programas de assistência social, e 16 milhões para o Ministério de Petróleo e Recursos Naturais, destinados a três instituições do setor, a ANC, Timor Gap e IPG.

No que toca às entradas, o Governo prevê receitas para os cofres do Estado de 1,414 mil milhões de dólares dos quais cerca de 1,1 mil milhões procedentes do setor petrolífero (incluindo impostos sobre lucros petrolíferos, imposto do Mar de Timor, imposto sobre rendimento, imposto sobre lucros adicionais, outros impostos e taxas petrolíferas e retorno do investimento, nomeadamente do Fundo de Petróleo).

As receitas não petrolíferas totalizam 206,2 milhões de dólares, provenientes de impostos, taxas alfandegárias, taxas e encargos e agências autónomas, incluindo a ZEESM.

O Governo destinou para as eleições presidenciais e legislativas de 2017 um total de 14,25 milhões de dólares aplicando pela primeira vez no próximo ano os acordos da Concordata assinada com a Santa Sé, no que toca ao apoio dado à Igreja Católica.

No total o apoio do Estado à igreja em Timor-Leste rondará os 15,5 milhões de dólares, dos quais 6,5 milhões serão transferidos para a Conferência Episcopal e nove milhões ficarão nos cofres públicos para apoio, ao longo do ano, a várias atividades da igreja, incluindo as áreas educativas.

Questionado sobre se o facto do orçamento para 2017 ser mais conservador poderá implicar maior aprovação do Presidente da República - que vetou as contas para 2016 - Hélder Lopes disse que preferia não comentar questões políticas.

"Do ponto de vista da perspetiva de orçamentos públicos, este é um orçamento mais realista, considerando que é um ano eleitoral. Temos que ser realistas e pensar no que podemos realmente fazer em 2017", frisou.

Hoje, a menos de três meses do fim do ano, a taxa de execução orçamental real (pagamentos efetivamente realizados) das contas públicas timorenses era de menos de 50%, somando apenas 917 milhões.

Dados do Portal da Transparência confirmam que a execução total, que soma pagamentos já efetuados e obrigações (contratadas mas ainda não pagas) é de 1,14 mil milhões ou 58,5% do total orçamentado (1,95 milhões).

Recorde-se que em julho o Governo aprovou um orçamento retificativo de cerca de 391 milhões de dólares, destinado a pagar dívidas do Estado, insuficiência de fundos para projetos de grande dimensão e outros aspetos.

Isso aumentou o orçamentado em 2016 de 1,5 para 1,9 mil milhões.

ASP//ISG

Lusa/Fim

[Sobre o SAPO](#) [Condições de Utilização](#) [Política de Privacidade](#) [Sobre Cookies](#) [Ajuda](#)
[SAPO](#)

Produzido por [SAPO](#) - Todos os direitos reservados.